

Colóquio sobre EMANCIPAÇÃO JOVEM: ENQUADRAMENTO SOCIO-ECONÓMICO

Organizado pela Comissão Parlamentar de Educação e Ciência

Assembleia da República, 28 de Março de 2011

José Silva Peneda

O tema deste colóquio fala da emancipação jovem.

Por emancipação jovem entendo o momento em que se dá o “corte do cordão umbilical” no qual os jovens deixam de estar dependentes em termos económicos dos pais. Este é um momento que só pode ser possível quando os jovens podem ter acesso a habitação própria e a emprego, pressupostos decisivos para a concretização das suas ambições.

A emancipação jovem permite o acesso à plena cidadania política e social e, nesse sentido, trata-se de algo essencial á afirmação de um direito inalienável nas sociedades democráticas, a liberdade.

Contudo, é indiscutível que a idade da emancipação tem vindo a aumentar, fenómeno que está relacionado com vários aspectos, nomeadamente com as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, que veremos mais à frente, o que por sua vez leva ao prolongamento artificial e, por vezes, forçado na educação e ao adiamento da constituição de uma família. E este último aspecto tem um enorme impacte na desfavorável evolução demográfica do nosso país.

Durante esta crise, os jovens sofreram desproporcionadamente com a destruição de postos de trabalho.

No terceiro trimestre de 2010, a taxa de desemprego média da OCDE entre os jovens era de 18,5%, um recorde dos últimos 25 anos, e que significa quase mais 4 milhões de jovens no desemprego comparativamente a 2007.

Nalguns países o desemprego entre os jovens chega a ser duas a três vezes superior ao dos adultos. Em França e Itália há 1 jovem

desempregado em cada 4 jovens activos e em Espanha 40% dos jovens está no desemprego.

Por outro lado, muitos dos jovens empregados têm contratos a termo e são os primeiros a ser dispensados em situações de crise (cerca de 35% dos trabalhadores jovens na OCDE tinham contratos temporários em 2008) e muitas vezes parte deles não se qualifica, o que torna a sua situação ainda mais preocupante. Em Portugal, a maioria dos dois milhões de trabalhadores precários têm menos de 30 anos.

Para além disso, os jovens menos qualificados tendem a trabalhar em sectores como a construção que foi dos fortemente afectados pela crise.

Em 2010 nos países da OCDE, a proporção de jovens entre 15 e 24 anos que não estavam integrados nem no sistema de educação, nem em formação nem no mercado de trabalho era de 12,5% (em 2008 era de 10,8%). Isto representa 17 milhões de jovens, 10 milhões dos quais eram inactivos e não estavam a estudar e cerca de 7 milhões estavam desempregados.

A mesma fonte adianta que as taxas de desemprego entre os jovens na Europa devem manter-se acima dos 21% em 2011 e nos 20% em 2012, o que é superior à média da OCDE.

Taxa de desemprego da população activa com menos de 25 anos

(Eurostat, Março 2011)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010
U.E. (27)	18,4	17,2	15,4	15,5	19,7	20,7
Irlanda	8,6	8,6	8,9	13,3	24,4	27,3
Grécia	26,0	25,2	22,9	22,1	25,8	:
Espanha	19,7	17,9	18,2	24,6	37,8	41,6
Itália	24,0	21,6	20,3	21,3	25,4	:
Portugal	16,1	16,3	16,6	16,4	20,0	22,4

Taxa de desemprego em Portugal (INE e Eurostat, Março 2011)

	Pop. activa entre 15 e 24 anos	Total da população activa	Diferença (p.p)
2010	22,4	11,0	11,4
2009	20,0	9,5	10,5
2008	16,4	7,6	8,8
2007	16,6	8,0	8,6
2006	16,3	7,7	8,6

No contexto de crise actual, uma proporção significativa e crescente da juventude, incluindo mesmo aqueles que em tempos de crescimento económico teriam sido bem sucedidos, arrisca-se a entrar num desemprego prolongado com consequências negativas a longo-prazo, tanto a nível social como económico, deixando uma cicatriz marcante no seu percurso profissional, nas suas qualificações, no seu rendimento e na sua auto-estima.

De facto, a experiência inicial no mercado de trabalho tem uma profunda influência no resto da vida activa de qualquer pessoa.

A OCDE estima que a persistência da dificuldade em encontrar trabalho, que muitos jovens enfrentarão com maior agravamento nos próximos anos, acarreta riscos em termos de diferencial do seu salário, face aos seus comparáveis, que pode chegar aos 8%. A mesma fonte acrescenta que estes jovens podem não conseguir recuperar este diferencial durante um período de 20 anos.

Mesmo antes da crise, na maioria dos países, apenas uma fracção da juventude conseguia entrar rapidamente para o mercado de trabalho depois de deixar o ensino.

Nos países da OCDE cerca de 30% a 40% dos jovens que deixaram a escola estão em risco de passarem por uma transição tortuosa e longa da escola para o trabalho, em especial dois grupos:

- O primeiro grupo inclui jovens sem diploma escolar provenientes de minorias ou que vivem em regiões desfavorecidas, rurais ou remotas.

- O segundo grupo é constituído por jovens qualificados mas que enfrentam obstáculos significativos na procura de um emprego estável e vão passando por empregos temporários e desemprego mesmo durante períodos de forte crescimento económico.

A intervenção precoce é fundamental para ajudar jovens em risco e deve começar na educação pré-escolar seguida de um apoio contínuo durante a escolaridade obrigatória com vista a incentivá-los a obter um diploma do secundário. Esta qualificação é considerada como o requisito mínimo para poder ter sucesso na procura e manutenção de um emprego, bem como para a continuação da formação dentro e fora do mercado de trabalho.

% População entre 18 e 24 anos em risco de pobreza
(Eurostat, Março 2011)

	2005	2006	2007	2008	2009
U.E. (27)	19,5	20,0	20,3	19,9	20,1
Zona Euro (17)	17,5	18,7	20,0	19,9	20,0
Irlanda	16,9	17,1	17,3	13,7	14,7
Grécia	21,4	23,7	24,3	23,0	22,2
Espanha	16,6	17,3	17,1	20,3	19,5
Itália	22,1	24,7	24,1	21,3	21,6
Portugal	16,0	16,1	16,1	18,6	16,0

Desejavelmente, um trabalho temporário deveria ser um trampolim para um emprego mais estável e não como um beco sem saída para os jovens trabalhadores, mas a experiência mostra que as coisas não se passam assim, especialmente nos países do sul da Europa em que a segmentação do mercado de trabalho é perpetuada através de um enquadramento regulamentar muito rigoroso no que diz respeito aos contratos sem termo.

A crise evidenciou que um dos problemas estruturais no mercado de trabalho dos jovens se relaciona com o facto de muitos deixarem o

sistema educativo sem um diploma reconhecido ou sem qualificações que vão de encontro às necessidades do mercado de trabalho.

É absolutamente essencial que seja dada uma segunda oportunidade a estes jovens que abandonam precocemente o ensino através de uma formação no âmbito das novas tecnologias de informação já que um regresso à escola pode revelar-se contraproducente e as estratégias de ensino e formação fora da sala de aula combinadas com experiência de trabalho são provavelmente a melhor opção.

Os subsídios estatais podem, temporariamente, incentivar os empregadores a contratarem jovens com poucas qualificações mas estes têm de ser muito bem direccionados, e com prioridade para as PME e para estágios formativos, pois caso contrário os contribuintes estarão a subsidiar contratações que poderiam ter ocorrido mesmo sem subsídios.

A transição da escola para o trabalho é mais difícil em países como o nosso cujo modelo de emancipação é "da escola para o trabalho". Esta transição é mais fácil em países onde a combinação do estudo com o trabalho é frequente.

O desemprego entre os jovens, mesmo durante períodos de conjuntura favorável, está solidamente ligado a baixos níveis de educação.

Taxa de desemprego em Portugal

(INE, Março de 2011)

	Pop. activa sem escolaridade obrigatória	Pop. activa com ensino superior completo	Diferença
2010	10,8	7,1	3,7
2009	9,6	6,4	3,2
2008	7,0	6,9	0,1

A facilitação de uma bem sucedida transição da escola para o trabalho e a melhoria das perspectivas profissionais são mais urgentes do que nunca já que corremos o risco de, no contexto da crise actual, haver uma geração perdida.

Neste âmbito, as políticas devem procurar seis objectivos essenciais:

- i) Minimizar o abandono escolar;
- ii) Promover a combinação do estudo com o trabalho;
- iii) Garantir uma segunda oportunidade aos jovens para a obtenção de uma qualificação reconhecida;
- iv) Disponibilizar programas de assistência na procura de emprego (a título de exemplo, em 2009 o Japão duplicou o número de técnicos de assistência na procura de trabalho direccionados para os jovens diplomados do ensino secundário/universidade);
- v) Poderá também haver lugar a extensões temporárias das redes de protecção social vitais para prevenir a pobreza entre os jovens desempregados;
- vi) A promoção de estágios formativos bem como formação profissional parecem também ser caminhos eficazes (contudo, mesmo em países onde este tipo de programas está bem enraizado e tinha sido bem sucedido, como a Áustria, Alemanha e Suíça, o desemprego jovem subiu consideravelmente no contexto da crise).

Muitos governos têm apostado em programas de emprego para jovens.

No entanto, no contexto económico actual e das crescentes pressões orçamentais, é essencial o envolvimento de todas as partes nomeadamente dos parceiros sociais, dos professores e dos pais e, naturalmente, da própria juventude na definição e execução das políticas públicas que abordam estas questões.

A este respeito quero saudar os parceiros sociais pelo empenho e responsabilidade que demonstraram nas negociações que levaram ao acordo, aprovado em sede de concertação social, no passado dia 22 de Março.

O texto deste acordo é muito abrangente. Aborda a competitividade, a redução do desemprego, o reforço das políticas activas de emprego e a

melhoria do funcionamento do mercado do trabalho e, para cada um deles, estão elencadas medidas concretas, com prazos bem definidos.

No texto do acordo estão incluídas medidas da maior importância, que têm a ver com a melhoria da qualidade e eficiência dos serviços públicos de emprego; com a contratação e transição de jovens e de desempregados para o mercado de trabalho; com a aposta nas qualificações; e, com a promoção do empreendedorismo e da criação do próprio emprego.

Sobre políticas activas de emprego e especialmente as que têm como alvo os mais jovens, o texto do acordo dificilmente poderia ser mais claro e exaustivo.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

O alto nível de desemprego é o problema mais sério do país. Nestas circunstâncias, em que o desemprego grassa, o pior de tudo não é a perda de rendimento dos cidadãos afectados e das suas famílias.

Muito pior é o que está por trás dessa situação e que tem a ver com a perda de confiança em si próprio e nos outros.

A experiência mostra que as sociedades que incorporam no seu tecido social altos níveis de confiança são as que prosperam. Sem um clima generalizado de confiança é muito difícil que haja investimento em volume e qualidade que permita a criação de novos empregos.

E para que haja investimento é preciso que surjam muitas e novas ideias porque tenhamos a noção de que uma só ideia não chega para mudar o país.

A criação de novas ideias vive da colaboração saudável e sem temor no tecido social, outra maneira de afirmar a necessidade da confiança.

Não será possível criar empregos sem a mobilização de muitas e diferentes ideias e será da interacção entre elas que as coisas poderão melhorar.

Por isso é que o meu primeiro pensamento quando sou confrontado sobre o tema criação de emprego é a necessidade de levar a cabo um processo sério de diálogo estruturado na nossa sociedade, nomeadamente entre as autoridades públicas e os parceiros sociais.

Esta minha ideia não se baseia apenas em justificações de conjuntura.

Explico. Podemos estar perante políticas públicas concebidas de modo excepcional por um conjunto de gurus de grande craveira intelectual.

Para que essas políticas venham a ter sucesso é preciso, em primeiro lugar, que a opinião pública as aceite. Este é o trabalho dos políticos.

Em muitas circunstâncias terão de anunciar e convencer a opinião pública de situações e medidas pouco simpáticas e explicar porque é que são necessárias. Essa é uma tarefa que só está ao alcance de quem está disposto a assumir riscos em nome de uma geração e não de uma ocasião.

Mas isso pode não ser suficiente para o êxito das políticas. Ainda falta toda a fase da sua concretização no terreno e é aqui que formas de diálogo estruturado podem ser de extrema utilidade.

Significa isto que desde a fase da concepção até à execução das políticas públicas torna-se necessário desenvolver formas de interacção entre múltiplos agentes, não só no seio da administração pública, mas também fora dela.

E é minha opinião que essa necessidade ganha ainda mais força face aos desenvolvimentos que, nos últimos anos, se têm vindo a verificar na sociedade portuguesa.

Com efeito, a nossa sociedade é hoje muito diferente de outros tempos. Apresenta-se com uma maior diversidade, uma maior mobilidade, é mais complexa e mais fragmentada. Assistimos ao surgimento de novas formas de organização que exercem pressão sobre os governos para que os processos de elaboração de políticas sejam alargados a novos participantes. A resposta a esta tendência só pode ser dada na base de um diálogo estruturado.

Outra característica dos tempos modernos é a crescente importância das interdependências sejam financeiras, económicas, entre mercados ou processos. Este elevado nível de interdependência entre tudo e todos faz com que os processos de decisão se tenham tornado mais complexos porque têm, cada vez mais, de ter em consideração diferentes tipos de interesses, por vezes mesmo antagónicos. Uma adequada percepção do risco associado à tomada de decisões exige que se conheça com detalhe as motivações dos agentes envolvidos e isso só se consegue na base de um diálogo estruturado.

Este nosso tempo obriga os governos a acompanhar e a tentar perceber e antecipar os interesses dos grupos na sociedade. A atitude adaptativa, que consiste em reagir às situações apenas quando elas se transformam em problemas, tem como resultado respostas insuficientes e tardias porque no momento em que os governos reagem a um dado problema, normalmente o leque de opções já é muito reduzido. Uma maior capacidade para prever as aspirações da sociedade obriga à adopção de estratégia pró-activas que comprometam poderes públicos e os diversos agentes económicos e sociais. E essa percepção só se consegue na base de um diálogo estruturado.

Estes são alguns dos argumentos, baseados nas características da sociedade do nosso tempo, que podem explicar as virtualidades do diálogo estruturado, que mobilize a cooperação entre todos os agentes envolvidos na concepção e execução das políticas económicas e sociais.

Na situação de crise que vivemos esta minha convicção sai ainda mais reforçada porque a resolução dos problemas que temos pela frente não é compatível, nem com métodos simplistas, nem com o resultado da acção de um único agente, por maior que seja o poder com que se apresente.

Muito obrigado.